

Infraestrutura Empresas investem em geração própria, caminhões-pipas e redirecionam produção a outros locais

Risco de falta de água e de energia muda estratégias

Francine De Lorenzo
De São Paulo

O risco de racionamento de água e energia fez a indústria brasileira se movimentar, a fim de minimizar possíveis impactos sobre a produção. Setores como automobilístico e químico adotaram estratégias que incluem o uso de geradores e caminhões-pipa, redirecionamento da produção e importação de produtos. Algumas empresas já investem em geração própria de energia. Fontes do setor, entretanto, afirmam que, caso haja uma restrição severa no fornecimento destes insumos, não haverá como evitar prejuízos – e a conta poderá ir parar no bolso do consumidor.

No setor químico, a água é elemento indispensável para os sistemas de refrigeração, destaca a diretora de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fátima Giovanna Coviello Ferreira. “Sem refrigeração adequada, não dá para produzir”, observa. As companhias que possuem fábricas em várias regiões do país, diz Fátima, estão buscando maximizar a produção em locais que sofrem menos com a estiagem para aliviar as operações nas demais localidades. Reforçar a produção em horários mais frescos, que permitem esforço menor de resfriamento, é outra tática adotada pelo setor.

Em fevereiro, diante da baixa disponibilidade de água para captação no rio Atibaia, no interior de São Paulo, a Rhodia se viu obrigada a suspender a produção no complexo de Paulínia por duas semanas. Na ocasião, a companhia reduziu estoques e importou produtos – medidas que, segundo a em-

presa, poderão ser tomadas novamente caso a situação se repita.

Tão ou mais preocupante que a falta d’água, afirma a diretora da Abiquim, é o risco de cortes no fornecimento de energia. “Tememos os apagões porque as fábricas não podem sofrer paradas abruptas, e nem todas as plantas possuem geradores. Isso provocaria perdas de produção”, diz. “A energia no Brasil, além de insegura, é cara. Se houvesse estímulos para cogeração de energia, as empresas investiriam mais e poderiam aliviar o sistema.” De acordo com a Abiquim, a energia responde de 20% a 40% do custo de produção do setor.

Mesmo sem uma política de incentivos, algumas montadoras decidiram investir em geração. A Volkswagen, que desde 2010 conta com uma hidrelétrica de pequeno porte no interior paulista, anunciou em 2012 que investiria R\$ 160 milhões em uma segunda usina, ainda sem data prevista para construção. Juntas, as duas plantas forneceriam à empresa cerca de 40% de toda a energia utilizada em suas operações. Por e-mail, a companhia informou que o custo de gerar energia própria e comprá-la de grandes hidrelétricas é quase o mesmo e, por isso, a principal razão para se investir nas usinas é “a sustentabilidade ambiental, com o uso cada vez mais intensivo de energia renovável”. A montadora, entretanto, não informou como está se posicionando diante do risco de restrições no fornecimento de eletricidade e água.

Com a queda nas vendas e o aumento dos estoques, a Volks decidiu reduzir o ritmo das atividades

na fábrica de São Bernardo do Campo (SP) por cinco meses, afastando cerca de 900 operários. Além destes, outros 400 trabalhadores do parque industrial no Paraná também terão seus contratos temporariamente suspensos a partir deste mês, mas continuarão recebendo salários, em parte bancados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Já a Honda, que diz não ter planos de desacelerar a produção, pretende suprir toda a demanda de energia de sua fábrica em Sumaré, no interior de São Paulo, com a construção de um parque eólico na cidade de Xangri-lá, no Rio Grande do Sul. O projeto, que tem investimento inicial de R\$ 100 milhões, foi anunciado no ano passado, com a expectativa de início de funcionamento em setembro de 2014. “Naquela época, não imaginávamos uma situação energética tão grave como a de hoje, mas já colocávamos na balança os custos e os riscos da energia”, diz Carlos Eigi, presidente da Honda Energy do Brasil, ressaltando que há chances desse modelo ser estendido à fábrica de motocicletas, em Manaus.

Segundo ele, a Honda possui geradores que podem sustentar as operações básicas enquanto houver a disponibilidade de combustível, mas há segmentos que teriam as atividades suspensas diante da ausência de energia, como é o caso da linha de montagem. “Não há como se manter uma fábrica inteira operando por geradores”, afirma.

Já a falta de água, diz Eigi, poderia ser contornada com a contratação de caminhões-pipa e o uso de poços artesianos. “Ainda



Carlos Eigi, da Honda Energy do Brasil: “Não imaginávamos uma situação energética tão grave como a que temos hoje”

não conseguimos poços com um bom volume de água em Sumaré, mas na fábrica de Itirapina [ainda em fase de construção, no interior de SP] há.”

Estratégia semelhante está sendo estudada pela General Motors (GM). Em março, o diretor responsável pelas instalações da montadora, João Sidney Fernandes, afirmou ao **Valor** que em caso de extrema necessidade poderia transportar a água em reservas da fábrica de São José dos Campos, no interior paulista, para as linhas de produção de São Caetano do Sul, na Grande São Paulo. Mas essa solução seria adotada apenas na “pior das hipóteses”, já que o custo da operação seria alto.

Luiz Moan, presidente da Anfavea, entidade que reúne as montadoras no Brasil, diz que a economia de água e energia que vem sendo feita pelo setor há alguns anos minimizou bastante os riscos, mas a situação não deixa de ser preocupante. Segundo

ele, entre 2008 e 2011, a indústria automobilística baixou em quase 30% o consumo de água na fabricação de veículos e em 11% o de energia.

“A partir de 2012, essa economia deve ter sido maior, com o aumento do reuso de água, a captação de chuvas, a reciclagem da água de pintura e a instalação de placas solares em algumas unidades”, ressalta Moan.

No segmento de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, pouco pode ser feito para se evitar queda de produção, afirma João Carlos Basilio, presidente da ABIHPEC, entidade que representa mais de 350 companhias do setor. Segundo ele, as únicas alternativas são o uso de geradores extras e a contratação de caminhões-pipa, mas o executivo ressalta que essas medidas, se adotadas por longo período, vão impor às companhias aumento nos custos de produção – e isso poderá chegar ao consumidor.

Geração de excedente reduz custos de empresas

De São Paulo

Nem todas as companhias estão sendo prejudicadas pela recente disparada do custo de energia. Algumas fábricas já produzem toda a eletricidade que consomem e até chegam a gerar excedente.

Esse é o caso da Fibria em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. A planta de celulose produz aproximadamente 140 megawatts/hora (MWh) e consome 90 MWh em suas operações. O restante, suficiente para abastecer uma cidade de cerca de 200 mil habitantes, é disponibilizado no sistema nacional.

Com a comercialização de energia no mercado livre, a Fibria engordou suas receitas e encontrou uma oportunidade de compensar custos, segundo informou seu presidente, Marcelo Castelli, em teleconferência com jornalistas.

A companhia não revela a magnitude do ganho, mas os benefícios proporcionados pelo avanço do preço do insumo a incentivaram a ampliar sua geração excedente.

A previsão de aumento, de acordo com o diretor industrial da Fibria, Paulo Silveira, é de 25% neste ano, com a adoção de medidas que possibilitem maior eficiência energética em todas as unidades e investimentos da ordem de R\$ 5 milhões na fábrica de Jacareí (SP).

Mas essa situação razoavelmente confortável, diz o consultor especializado no setor de papel e celulose, Celso Foelkel, se restringe a um pequeno número de companhias, mesmo nesse setor, que tem a vantagem de deter matéria-prima para usinas de biomassa. “Somente as grandes empresas deste ramo são autossuficientes em energia. Nos demais casos, não há muito o que fazer para se evitar um impacto sobre a produção caso falte energia. Como o custo dos geradores não compensa, a saída seria reduzir a produção.”

Essa seria a solução também em caso de falta de água. A contratação de caminhões-pipa, segundo ele, está fora de cogitação porque o segmento demanda muita água em seu processo produtivo. “Não há nas fábricas reservatórios que sustentem a produção por alguns dias. Se não houver água disponível, a produção para”, diz Foelkel.

A Fibria informa que considerará zero o risco de impacto na produção em virtude de problemas no abastecimento de água. “Os rios nos quais captamos água possuem grande vazão e não há qualquer indicio de restrição”, afirma Silveira. (FL)

Nível do sistema Cantareira cai para apenas 9,8%

De São Paulo

Em queda constante desde o começo do ano, o sistema Cantareira, um dos principais reservatórios da cidade de São Paulo, atingiu ontem a marca de 9,8% de sua capacidade total pela primeira vez na história. O índice é considerado crítico.

O sistema da Sabesp registra

uma precipitação de apenas 0,1 mm de segunda para terça-feira. A capital paulista já está há 23 dias sem chuva significativa, segundo o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergência), da prefeitura.

A última chuva significativa registrada na capital paulista ocorreu em 12 de abril. Uma frente fria, no entanto, deve se aproximar da região na quinta-feira e poderá

provocar chuvas fracas.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, Mauro Arce, descartaram nos últimos dias a possibilidade de racionamento ainda neste ano. O secretário disse ainda que o nível do Cantareira subirá 18,5% quando o “volume morto” (reserva de água na zona mais

funda das represas) começar a ser utilizado, em 15 de maio. O “volume morto” é formado pela água que está no nível mais profundo das represas. Por ficar abaixo da tubulação que capta o líquido dos reservatórios, ela precisa ser bombeada para a superfície.

O problema, segundo especialistas, é que o uso do “volume morto” das represas do sistema Canta-

reira vai atrasar a recuperação dos reservatórios quando a chuva voltar. Isso se deve a uma espécie de “efeito esponja”, que ocorre em áreas muito secas que voltam a receber chuva. Se no próximo verão não houver temporais fortes e constantes, o risco de desabastecimento das 9 milhões de pessoas que usam o Cantareira pode se repetir em 2015. (Folhapress)

Dilma anuncia obras de saneamento no interior

Andrea Jubé, Bruno Peres e Raphael Di Cunto
De Brasília

A presidente Dilma Rousseff anunciou ontem, no Palácio do Planalto, a liberação de R\$ 2,8 bilhões para obras de saneamento em 635 municípios com menos de 50 mil habitantes. A uma plateia de centenas de prefeitos, Dilma afirmou que um país com uma “estrutura efetiva de saneamento” garante uma rede de proteção e serviços de qualidade para a população. “Água e trata-

mento de esgoto são áreas cruciais para nós virarmos uma nação rica”, pontuou a presidente.

De acordo com o Ministério da Saúde, os recursos devem beneficiar 5,3 milhões de habitantes. Dilma acrescentou que seu governo destinou R\$ 37,8 bilhões para o abastecimento e tratamento de água e esgoto em todo o país. No ano passado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 42,9% das residências do país não têm acesso a esgoto. De 2011 para 2012, a rede coletora cresceu

apenas 2,1 pontos percentuais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Segundo Dilma, apesar do cenário de pessimismo econômico, a renda do brasileiro cresce de forma contínua. Ela frisou que o crescimento do acesso da população aos bens de uso doméstico, como geladeiras e máquinas de lavar, cresceu a uma taxa de 320%, enquanto aos serviços essa alta foi de 48%, o que leva a população a pressionar o governo pela qualidade na prestação de serviços públicos.

O presidente da Associação das

Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), Roberto Tavares, disse ao **Valor** que é preciso reconhecer que os investimentos em saneamento cresceram. Mas ele cobra da presidente uma promessa de desoneração do setor feita em 2010. Na última eleição presidencial, a então candidata acenou com a desoneração do PIS e Cofins para as empresas da área, uma receita estimada em R\$ 2 bilhões.

“Não há como negar que a gente tem volume de investimento maior em saneamento, mas os números do próprio governo

mostram que são insuficientes”, diz Tavares, que é filiado ao PSB e preside a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) indicado pelo ex-governador de Pernambuco e presidente-geral Eduardo Campos (PSB).

Em 2013, o Ministério da Fazenda negociou uma proposta de desoneração, mas as conversas estacionaram. “Não acreditamos que a desoneração seria feita agora, no último ano de governo, então vamos nos empenhar para garantir o compromisso dos candidatos de que será feito em 2015”, afirmou.

Juízes veem com restrição cortes de orçamento

Juliano Basile
De Ouro Preto

Os supremos tribunais não devem aceitar passivamente cortes no orçamento de programas sociais pelo Executivo, mesmo que essas medidas sejam feitas para superar crises econômicas. Essa foi a posição dominante do primeiro encontro no Brasil da Comissão de Veneza, um organismo compostos por especialistas e juízes de Cortes Constitucionais de 59 países para

debater a atuação desses tribunais ao redor do mundo. A prevalecer esse entendimento, os governos de países que fizerem ajustes fiscais e cortes no orçamento de seus programas sociais, num futuro próximo, devem ter dificuldades para obter a aprovação dos mesmos perante a Justiça.

“Os juízes possuem um papel primordial, pois são os garantidores dos direitos dos indivíduos e devem atuar para que as políticas públicas não comprometam a

proteção aos direitos fundamentais”, afirmou Gianni Buquicchio, presidente da comissão.

“Nós temos que estar atentos aos imperativos impostos pela crise em tempos de austeridade, mas, ao mesmo tempo, garantir os direitos”, disse Carmen Alanis, juíza da Corte Federal Eleitoral do México. “Relativizar os direitos humanos pode causar afetações maiores do que as das próprias crises”, continuou.

O presidente da Corte Constitu-

cional da Colômbia, Luis Ernesto Vargas Silva, defendeu o papel dos juízes de garantir direitos sociais em tempos de austeridade fiscal. “Acusam-nos de dar sentenças irresponsáveis, pois os recursos fiscais são finitos e podem acabar, mas há países que usam recursos para a guerra ou para o pagamento da dívida externa, e não para reconhecer os direitos”, afirmou.

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, integrante da comissão, avaliou

que o desafio dos tribunais está na “responsabilidade que devemos ter para não ir nem tão depressa para que não pareça uma afronta nem tão devagar”.

Por sugestão do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, foi criado um fórum permanente na América Latina para debater a atuação dos tribunais diante de problemas comuns que enfrentam, como as respostas que devem dar às crises econômicas internacionais.